

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCVIII • Nº 45

Poder Legislativo

Recife, quarta-feira, 10 de março de 2021

Alepe discute compra de vacinas contra Covid-19 por prefeituras

Comissões de Saúde, Administração e Negócios Municipais realizaram debate

FOTOS:REPRODUÇÃO/ROBERTA GUIMARÃES



MOROSIDADE - Presidente do colegiado de Negócios Municipais, Simone Santana conduziu reunião: “Apenas 3,5 % dos brasileiros foram vacinados”



APOIO - Roberta Arraes sugeriu que a Assembleia Legislativa realize uma campanha para conscientizar a população sobre o problema



MACAPARANA - “Prefeitura desse município decidiu fazer atendimentos de triagem em escolas sem uso”, exemplificou Antônio Moraes

CORONAVÍRUS

Allegando fragilidade no Plano Nacional de Imunização (PNI) e lentidão por parte do Governo Federal para adquirir e distribuir vacinas contra o novo coronavírus, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) decidiu criar um consórcio para realizar a compra direta dos imunizantes. A partir de uma solicitação do deputado Aluísio Lessa (PSB), as Comissões de Saúde, de Administração Pública e de Negócios Municipais realizaram, na tarde de ontem, uma discussão conjunta sobre a medida. O enfrentamento à pandemia em Pernambuco e sugestões para conscientizar a população foram outros assuntos tratados no encontro virtual.

A presidente do colegiado de Negócios Municipais,

deputada Simone Santana (PSB), conduziu a reunião. Ela destacou que o Brasil vive os momentos mais difíceis da pandemia: “Chegamos à marca de 95% de leitos de UTI ocupados em Pernambuco”, lamentou. Para a parlamentar, a falta de coordenação nacional, o negacionismo de membros do Governo Federal, incluindo o presidente, e o surgimento de variantes do vírus provocaram a situação. “Até agora, apenas 3,5% da população brasileira foi vacinada. Devido a essa morosidade, é compreensível que Estados e municípios busquem imunizantes por outros caminhos”, ressaltou.

Presidente da Comissão de Saúde, a deputada Roberta Arraes (PP) afirmou que são necessárias ações mais severas para reduzir o espalhamento do vírus. “Não podemos ficar de braços cru-

zados diante de um problema tão sério. Eu observo que o governador Paulo Câmara tem tomado medidas duras, mas muitos municípios não têm seguido as normas. Enquanto não houver vacinação em massa, estamos expostos e muitas vidas ainda serão perdidas”, avaliou. A parlamentar também sugeriu que a Alepe realize uma campanha para conscientizar a população sobre o problema.

Para o presidente do colegiado de Administração, deputado Antônio Moraes (PP), as prefeituras devem atuar mais fortemente no combate à Covid-19. Ele citou o exemplo de Macaparana (Mata Norte), que adotou uma iniciativa simples para reduzir os níveis de contaminação. “O maior foco de espalhamento da doença são os hospitais, então decidimos fazer atendimentos de

triagem em escolas sem uso, e só os pacientes com sintomas são encaminhados ao serviço médico”, informou.

O presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota, explicou que a FNP reúne prefeituras de cidades com mais de 80 mil habitantes, ou seja, as que têm mais recursos. Segundo ele, a Amupe é ligada à Confederação Nacional de Municípios (CNM), que congrega todas as prefeituras, sem distinção. Patriota destacou que a CNM optou por aguardar as vacinas adquiridas pela União. Ele também informou ter participado de uma reunião com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, no último dia 3 de março, quando foi anunciado o cronograma de imunização.

“O ministro falou que a

ideia de comprar vacinas de forma independente fere o pacto federativo e que todo brasileiro deve ser tratado igualmente. Fiquei mais otimista porque ele garantiu que, a partir deste mês, os imunizantes serão distribuídos com regularidade”, enfatizou. Patriota não é contra a existência de um “plano B”, mas alegou que, se os fabricantes não conseguem atender ao Governo Federal, também não vão entregar vacinas às prefeituras.

“Nós, que somos filiados à confederação, entendemos que não é o momento para criar consórcios. Se fosse fácil adquirir esses produtos, os governadores já teriam comprado”, prosseguiu o presidente da Amupe. Ele defendeu medidas mais duras para evitar as contaminações e conclamou os representantes do povo a estar na linha

de frente: “Quero acreditar que, mesmo com a lentidão que se apresenta, as vacinas chegarão. Os municípios têm que estar preparados”.

O número de casos de Covid-19 vem aumentando de forma progressiva em Pernambuco e a estimativa é de que, atualmente, 57% dos doentes estejam contaminados com variantes do coronavírus. Foi o que informou o representante da Secretaria de Saúde, Humberto Antunes. De acordo com ele, o Poder Executivo tem investido no aporte de leitos de UTI e em protocolos clínicos modernos, atuando em conjunto com as prefeituras. “O vírus tem uma alta capacidade de mutação e, quanto mais a vacina demorar, mais variantes vão surgir”, advertiu.

Continua na página 2

CORONAVÍRUS

Continuação da página 1

O médico Humberto Antunes informou que a Secretaria Estadual de Saúde trabalha com três estratégias: a prevenção, difundindo o uso de máscara, a higiene e o distanciamento social; a abertura de novos leitos; e a imunização, que, segundo ele, é “a providência fundamental e definitiva para combater o vírus”. Para o gestor, a falta de planejamento adequado do Governo Federal fez com que a pandemia chegasse ao estágio atual.

“Pernambuco tem tudo para realizar uma campanha exitosa, se houver vacina. Acredito que o consórcio seja mais um caminho nessa busca”, pontuou.

Antunes ainda anunciou que o Governo do Estado vai distribuir 1,5 milhão de máscaras às pessoas mais pobres e sugeriu que os municípios adotem a mesma providência. “Existem pessoas que simplesmente não têm dinheiro para comprar esse item de proteção”, argumentou.

“O consórcio para compra de vacinas é uma iniciativa louvável, mas, na prática, não sei se funciona”, opinou o coordenador



PREFEITURAS - “Se os fabricantes não conseguem atender ao Governo Federal, também não vão entregar vacinas aos municípios”, acredita José Patriota



PREOCUPAÇÃO - Aluísio Lessa frisou que segunda onda chega com mutações. “Novas cepas parecem ter 'preferência' por pessoas mais jovens”



MPPE - Para o promotor Édipo Soares, sem cronograma de vacinação, País assiste à desorganização do Plano Nacional de Imunização



DEP. ANTONIO COELHO (DEM)
DEFESA - “Governo Bolsonaro tem empreendido esforços extraordinários para garantir a vacinação em massa”, afirmou Antonio Coelho

do Centro Operacional de Apoio às Promotorias de Defesa (Caop) da Saúde, promotor de Justiça Édipo Soares, do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). Na avaliação dele, sem cronograma de imunização, o País assiste à desorganização do PNI. “Uma das coisas que mais desestrutura o Sistema Único de Saúde (SUS) é a fragmentação”, ressaltou.

Soares, que acompanha toda a distribuição de vacinas no Estado, acredita que Pernambuco precisa endurecer as medidas de prevenção à Covid-19, a fim de evitar mais mortes. Ele defendeu o uso de carros de som e de polícia para difundir mensagens de prevenção ao contágio. O coordenador do Caop-Saúde ainda propôs que os deputados criem leis com medidas educativas e punitivas. “Precisamos

frear a disseminação do vírus a todo custo”, enfatizou.

LEGISLATIVO - Parlamentares presentes também analisaram o cenário e as possibilidades. Aluísio Lessa salientou que a segunda onda da pandemia chega com mutações e as novas cepas “parecem ter 'preferência' por pessoas mais jovens”. “O Governo Federal tem sido omisso desde o início, e a população encontra-se à deriva. As pessoas cobram ajuda ao prefeito e ao vereador, que estão mais próximos, e o consórcio acabou sendo uma solução fácil para alguns gestores mostrarem que estão tomando uma atitude. Mas, infelizmente, os fabricantes não têm capacidade para atender a essa demanda tão rapidamente”, frisou.

O atual estágio da crise sanitária merece muita

atenção, principalmente porque muitos jovens e crianças estão sendo acometidos pela Covid-19, destacou Teresa Leitão (PT). “Soube que o Instituto Materno-Infantil (Imip) já abriu uma UTI pediátrica”, assinalou. Conforme a deputada, o Governo Federal, que se mostrou negacionista em muitos momentos, foi aconselhado a não desmerecer as vacinas. “Podemos ter esperança, mas, se o consórcio for exitoso na busca por imunizantes, melhor para todos.” A petista defendeu que o Estado considere a antecipação da vacinação dos trabalhadores em educação e apoie uma campanha da Alepe sobre a pandemia.

Tony Gel (MDB) repercutiu estudos apontando que o Brasil pode se tornar uma “fábrica de variantes superpotentes,

que escapem até da eficácia das vacinas, caso a imunização siga em ritmo lento”. Ele propôs reforço nas medidas de restrição. Para João Paulo (PCdoB), a falta de coordenação nacional é evidente, mas o Governo de Pernambuco conduz bem a situação. “Só atitudes rigorosas podem minorar o problema, enquanto aguardamos a vacina. A criação de leitos de UTI não é sustentável, o custo é muito alto”, frisou, lembrando que é preciso desmentir “mensagens negacionistas que se espalham rapidamente pelas redes sociais”.

Na visão de Dulci Amorim (PT), a luta por imunização deve ser a principal atitude dos governantes neste momento. “Minha cidade, Petrolina, chegou a 100% de ocupação dos leitos de UTI. Pedi a abertura de mais

vagas ao governador e ao prefeito, pois muitas vidas estão em risco”, expôs. Ela sugeriu que os gestores se unam em torno do combate ao coronavírus, “independentemente de coloração partidária”.

Por sua vez, Antonio Coelho (DEM) elogiou a ideia de um consórcio municipal, mas defendeu a atuação federal no combate à pandemia. O democrata citou a adoção de uma série de medidas fiscais para amenizar o prejuízo das empresas e a criação do auxílio emergencial. “O Governo Bolsonaro tem empreendido esforços extraordinários para garantir a vacinação em massa. Até agora, 400 milhões de doses foram contratadas com vários institutos e outras 160 milhões estão em negociação. É injusto falar que a União não está atenta”, opinou.

Atos

ATO Nº 82/21

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 002227/2021, do Deputado Diogo Moraes,

RESOLVE: exonerar a servidora GERLANE JOAQUINA COSTA RAMOS DE ALMEIDA, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, a partir do dia 09 de março de 2021, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 9 de março de 2021.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 83/21

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 14/2021, da Deputada Dulcicleide Amorim,

RESOLVE: exonerar a servidora GIOVANNA OLIVEIRA SOUZA COSTA, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, símbolo PL-SPC, nomeando para o referido cargo, AGNES OLIVEIRA DE SOUZA COSTA, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 120% (cento e vinte por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 9 de março de 2021.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

Portaria

PORTARIA Nº 045/21

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 057/2021, da Deputada Roberta Arraes,

RESOLVE: atribuir à servidora ERLANE ALVES OLIVEIRA, gratificação de representação de 74,60% (setenta e quatro vírgula sessenta por cento) na função de Assistente Parlamentar, Símbolo PL-APC, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de março de 2021, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 09 de março de 2021.

Deputado **CLODOALDO MAGALHÃES**
Primeiro Secretário

PODER LEGISLATIVO



MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Eriberto Medeiros; 1º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor; 2º Vice-Presidente, Deputado Manoel Ferreira; 1º Secretário, Deputado Clodoaldo Magalhães; 2º Secretário, Deputado Pastor Cleiton Collins; 3º Secretário, Deputado Rogério Leão; 4º Secretária, Deputada Alessandra Vieira; 1º Suplente, Deputado Antonio Fernando; 2º Suplente, Deputada Simone Santana; 3º Suplente, Deputado Joel da Harpa; 4º Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho; 5º Suplente, Deputada Dulci Amorim; 6º Suplente, Deputada Fabíola Cabral; 7º Suplente, Deputado Romero Albuquerque. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Cássia Maria Lins Villarim Silva; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente Administrativo** - Juliana de Brito Figueiredo; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Enoelino Magalhães Lyra Filho; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Sara Behar Torres Kobayashi; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Silvío Tavares de Amorim; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente Parlamentar** - Jose Eduíno de Brito Cavalcanti; **Superintendente de Comunicação Social** - Ricardo José de Oliveira Costa; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Isabelle Costa Lima; **Editora** - Cláudia Lucena; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro e Verônica Barros; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior, Antonio Violla; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scom@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

Essa novidade você vai curtir e também seguir



Quem gosta de acompanhar o dia a dia do desenvolvimento do Estado e da política pernambucana conta com dois novos canais, o Facebook e o Twitter. A Assembleia Legislativa está presente nessas mídias sociais, levando notícias diárias de interesse dos cidadãos. Acesse, curta e siga.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br

Conheça sua Casa por dentro



No site da Assembleia Legislativa, você pode fazer uma visita virtual 360 graus pelo interior do Palácio Joaquim Nabuco, a sede da Casa de Todos os Pernambucanos. Acesse e conheça mais a beleza, os detalhes e a história centenária desse prédio, que é palco da democracia e da cidadania.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br

Folheie o Diário Oficial com apenas alguns cliques



Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Poder Legislativo. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal. Acesse, clique e confira.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**
A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br